

Bernardo Mattes Caprara

A Resistência dos trabalhadores na Primeira República através do jornal gaúcho *O Exemplo* (1908/1911)

Jornalista, graduando em Licenciatura no curso de Ciências Sociais da UFRGS, pesquisador-bolsista do Departamento de Ciência Política da UFRGS.

RESUMO

Este artigo pretende resgatar a história do jornalismo popular na Primeira República. Por intermédio da investigação de 83 edições do jornal porto-alegrense *O Exemplo*, situadas entre os anos de 1908 e 1911, foi possível argumentar que este impresso atuava como ferramenta de resistência dos trabalhadores no período em questão. Das páginas desse período surgiam questionamentos, reivindicações, mobilizações e outras formas de manifestações contrárias às calamidades sociais enfrentadas por este grupo de indivíduos. Além disso, *O Exemplo* representava, de certa forma, um ícone na defesa da comunidade negra da época, fato que o diferencia da maioria dos impressos na República Velha.

Palavra-Chave: Jornalismo – Trabalhadores – História

ABSTRACT

The objective of this paper is to rescue the history of the Brazilian laboring journalism in the First Republic. For intermediary of the inquiry of 83 units of the periodical porto-alegrense *O Exemplo*, situated between the years of 1908 and 1911, was possible to defend the hypothesis of this press as instrument of organic resistance of the workers in that period. The periodical also represented the interest of the black community of the city, a great difference compared with the traditional press. Its pages demonstrated to claims and mobilizations of the popular groups.

Keywords: Journalism – Workers – History

Enviado em 5 de setembro de 2008 e aprovado em 16 de outubro de 2008.

Introdução

Falar em movimento operário no alvorecer do século XXI tem sido uma aventura desgastante inclusive para desbravadores experientes. No que concerne à imprensa, tal intento parece enveredar um caminho inexistente, uma falácia num mundo repleto de pequenas máquinas e *chips*. Embora se admita o esquecimento da temática, nada impede que o pesquisador social remexa os conceitos e meandros que envolvem a comunicação e o operariado. É a partir destas afirmações que se torna possível introduzir esse texto, caro leitor.

O presente artigo sintetiza uma pesquisa que resultou num trabalho maior, cuja perspectiva é problematizar um periódico voltado para as camadas populares na República Velha, mais precisamente no período de tempo que abrange os anos de 1908 até 1911. Nestas páginas tentaremos trazer alguns elementos que poderão orientar o leitor a refletir sobre a temática. Nas ações coletivas dos subalternos, dotadas do intuito de contrapor a ordem dominante que muitas vezes deflagrava diversas dificuldades para o proletariado, os jornais surgiam como ferramentas cuja tarefa de fazer circular informações sugere um interessante meio de mobilização.

Antes de mais nada, passamos a consultar a bibliografia sobre o período. Ali penetramos num mundo diferente, mas complexo e fundamental para o entendimento da dinâmica social brasileira. Foot & Leonardi trouxeram uma base sólida sobre a história da indústria e do trabalho no Brasil, e ainda forneceram uma série de referências concretas à herança colonial latente naquele espaço temporal. A constituição do operariado nacional, por sua vez, será tratada com maior profundidade em tópico adiante nesses escritos.

Dos livros saltavam as dificuldades de uma classe social recém nascida, praticamente na infância, e a natureza das relações entre donos dos meios de produção e vendedores da força de trabalho no mercado da sobrevivência. A capital gaúcha começava a tomar o inevitável rumo da urbanização, sendo que os operários erguiam os cânones da nova vida, mas dividiam as mazelas do *status* econômico, cultural, simbólico, etc. Seus jornais, todavia, representavam em certo sentido um mecanismo de resistência, pois expunham publicamente problemas, conquistas, enfim, notícias do povo para o povo. Já a grande imprensa era controlada por seletos grupos “empresariais”, como hoje, e portanto dava pouca voz aos estratos populares. Tal corria de resistência, afirmada nessa pesquisa como orgânica e viva, muitas vezes era combatida pelo Estado, num reflexo daquilo que ocorria com todo este aglomerado de pessoas que detinha somente sua força de trabalho como propriedade.

O texto completo certamente diz mais ao leitor do que este artigo. No entanto, aqui será possível encontrar o cerne da questão pesquisada, além do próprio material transcrito e interpretado. Seja bem vindo a esta aventura do século passado, amigo leitor.

A Resistência dos Trabalhadores nas Páginas do Jornal *O Exemplo*

Para defender a hipótese central deste trabalho, a investigação de um caso em especial proporcionou a expectativa de resultados interessantes. Através do apanhado de periódicos averiguados, acrescido da análise direcionada aos detalhes do recorte específico, tornou-se possível estabelecer de maneira mais sólida o argumento inicial. De fato, mesmo que não estejam descartadas interpretações distintas, o jornal operário na Primeira República representava um instrumento de resistência dos trabalhadores, além de trazer para a ordem do dia a situação dos negros libertos (ex-escravos) e dos indivíduos marginalizados pela oligarquia dominante.

Entendemos como significado do conceito de resistência uma capacidade de indivíduos ou grupos sociais contraporem forças externas que atentem sobre si mesmos. De fato, é possível identificar as mais diversas facetas da definição, desde argumentos mais genéricos até pressuposições psicológicas. Salientamos, portanto, o sentido deste impresso em questão como uma ferramenta

utilizada nas ações coletivas organizadas pelos trabalhadores e camadas populares, que procuravam enfrentar as elites e seus projetos, desmistificando o papel necessariamente civilizatório dos detentores do poder. Sob esse ponto de vista, resistindo aos intentos elitistas, organizando ações coletivas no bojo das suas reivindicações, os trabalhadores demonstram a participação na construção da história, resguardando para si um certo potencial de civilização (CATTANI, 1991).

Sobre a Formação do Operariado Nacional

O Brasil não acompanhou a evolução das forças produtivas com relação ao marco estabelecido no Velho Mundo. O capitalismo e a formação das classes decorrentes deste modo de produção atingiram as terras luso-americanas seguindo um desenvolvimento desigual e combinado. Portanto, se na Europa composta por fábricas os primeiros proletários modernos passaram a constituir a força de trabalho com exclusividade, aqui as coisas ocorreram de outra maneira.

Nos primeiros estabelecimentos fabris brasileiros trabalhavam operários e um vasto número de escravos. Isso pode ser considerado como um elemento importante na trajetória do nosso operariado. Pelo fato do proletariado surgir no seio de uma sociedade escravista, durante muitos anos seu processo de constituição de classe esteve praticamente estagnado, barrado.

Enquanto os demais países independentes da América Latina já haviam obtido a abolição da escravatura há dezenas de anos, no Brasil este tipo de relação de produção perdurou até a penúltima década do século XIX. A imigração européia, diante disso, demorou a ocorrer, pois antes de 1888 os trabalhadores imigrantes escolhiam os países do Prata, talvez preocupados em alguma medida com a vigência do escravismo na antiga colônia portuguesa. Os senhores de escravos, bem como os aristocratas da época, defenderam durante razoável tempo concepções ideológicas nas quais se sobressaía uma desvalorização do trabalho manual, trajado de degradante e passível de humilhação. Estes fatores também obstruíam o avanço do capitalismo, sedento por um mercado de trabalho livre e assalariado. Na medida em que as relações escravistas criavam uma espécie de barreira prática ao fortalecimento do capital, uma visão mais determinista poderia apontar o desaparecimento automático da escravidão ao longo dos anos. Pelo contrário, numa conclusão orientada pela tese de que os homens fazem a sua própria história (inseridos em condições que já estão dadas, evidentemente), nota-se que “os latifundiários, os escravistas de todo o tipo e a maior parte do clero opuseram-se até o fim à abolição” (FOOT & LEONARDI, 1982: 112), ao passo que prolongavam ainda mais a crise do regime.

Nesse contexto, muitas empresas se davam ao luxo de não utilizar o assalariamento livre; outras optavam por trabalhadores livres somente para determinados serviços especializados, de maneira que a labuta mais pesada destinava-se quase sempre aos escravos. A prática era rotina tanto em firmas estrangeiras quanto nacionais. Os tipos de escravização eram diversificados, pretendendo atender a demanda e a pressão dos grupos que exigiam uma espécie de relaxamento da exploração racial. “Na obrigação de entregar uma porcentagem de seu ganho a seu dono se resumia e se concretizava sua condição de escravo, funcionando livremente no mercado de trabalho” (Canavarros apud FOOT & LEONARDI, 1982, p. 109).

Nos últimos anos de Império, a resistência dos escravos era latente nas fugas em massa, o que demonstrava não uma postura passiva para com a situação de dominância; ao abandonarem as fazendas e partirem para as cidades, os escravos lutavam por novos rumos às suas vidas, buscando a sua própria libertação, de modo a propiciar uma conjuntura muito desfavorável à manutenção do sistema.

As cidades exerciam grande influência nessa fuga. [...] Rio de Janeiro, Niterói, Petrópolis, Campos, Santos, São Paulo e outras cidades menores das regiões cafeeiras eram consideradas cidades livres pelos escravos e constituíam entre si uma teia de comunicações e abrigos (GRAHAM, 1973: 179).

Entre os proletários, num período em que a pauta cotidiana em alguma medida lembrava a necessidade da abolição, os mais importantes podem ser considerados os ferroviários. Poucos eram os trens de carga ou de passageiros que não carregavam escravos fugitivos escondidos, que por sua vez recebiam auxílio nas estações. Nas periferias das cidades iam sendo acomodadas as favelas – cujo exemplo é a localidade litorânea de Santos (aproximadamente 10.000 fugitivos) –, nas quais começavam a se concentrar milhares de escravos (FOOT & LEONARDI, 1982: 113).

As condições de vida e trabalho dos primeiros proletários brasileiros não eram muito distintas daquelas oferecidas aos escravos que produziam nas mesmas fábricas até certo período. A jornada de trabalho variava entre 13, 14 e, em alguns casos, 15 horas diárias, complementada pela ausência do direito de folga semanal remunerada aos domingos, e de férias anuais. Por ocasião da chegada da luz elétrica em Pernambuco, conforme conta Stanley Stein, especialista na história da indústria têxtil no Brasil, em 1900 havia fábricas nas quais os operários cumpriam uma jornada de 17 horas por dia (1979: 71). O Estado republicano não reconhecia nem abria a possibilidade para a livre organização no plano sindical; apesar da quase obrigatoriedade de aceitar a existência dos organismos operários, tendo em vista a resistência e o papel ativo do nascente proletariado, o governo não passaria facilmente a legitimar tais iniciativas. Como resposta ao processo de resistência cotidiana exercido pelo movimento das massas trabalhadoras, os governantes republicanos tolerariam de alguma forma a atividade pública da imprensa e das organizações sindicais. A repressão policial, por sua vez, seletiva e localizada, atuava diretamente contra as lideranças do operariado, na medida em que os métodos empregados consistiam em prisões, processos tendenciosos e deportações.

No que concerne à habitação dos primeiros assalariados brasileiros, nota-se uma tendência forte de concentração geográfica dos seus bairros e vilas. Algumas cidades eram destaques neste aspecto. Na região norte-nordeste, afora os casos isolados de Belém, Recife e Salvador constituíam os maiores pólos de concentração da classe operária; no centro-sul, Rio de Janeiro e São Paulo, além de Petrópolis, Niterói, Juiz de Fora, Belo Horizonte, Santos e outras localidades do interior paulista; no sul, Blumenau, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre. Neste período também é relevante o nascimento dos bairros fabris, ou das vilas proletárias contíguas a vastos complexos industriais. Em momentos de greve ou piquetes nas portas das fábricas, tais territórios passavam a representar uma espécie de “fortaleza”, na medida em que poderiam ser utilizados como esconderijos relativamente seguros em perseguições e batidas policiais.

Algumas das formas típicas de habitação do proletariado e dos outros setores colocados na parte inferior da hierarquia econômica da Primeira República estão expressas nos mocambos do Recife, nas favelas cariocas e nos cortiços paulistas. Tratavam-se, na maioria das vezes, de construções rústicas de madeira ou materiais de baixo custo, erguidas sobre terrenos íngremes ou alagadiços, nos morros e várzeas. Tais habitações populares originaram um espaço típico de vivência na vida dos trabalhadores. O seguinte relato demonstra os atributos destes locais.

O cortiço ocupava o interior de um quarteirão, onde o terreno era geralmente baixo e úmido. Era formado por uma série de pequenas moradias em torno de um pátio ao qual vinha ter, da rua, um corredor longo e estreito. A moradia média abrigava de 4 a 6 pessoas, embora suas dimensões raramente excedessem a 3 metros por 5 ou 6, com uma altura de 3 a 3,5 metros. Os móveis existentes ocupavam um terço do espaço. O cubículo de dormir não tinha luz nem ventilação; superlotado, à noite era hermeticamente fechado. Exceto nos cômodos de pessoas naturais do norte da Europa, o assoalho ficava tão incrustado de lama, que não se viam as tábuas; a umidade do solo onde elas repousavam fazia descascar o papel ordinário e liso das paredes. Estas e os tetos eram pretos de sujeira de moscas e da fumaça do fogão que a chaminé mal feita e mal conservada não eliminava convenientemente [...] O pátio principal fornecia às moradias que o rodeavam uma torneira recalcitrante, um lugar para lavar roupa e uma privada mal instalada. Ladrilhos e calhas geralmente não existiam (MORSE, 1970: 264).

Os redutos de moradia do nascente proletariado se distinguiam em alguns âmbitos. Com efeito, enquanto os cortiços e habitações pobres fortaleciam de algum modo uma solidariedade de classe, as vilas operárias representavam construções dos empresários industriais, inseridas nas terras da própria empresa, fato que instiga o reconhecimento de um forte controle social e, inclusive, ideológico do povo trabalhador por parte dos seus patrões. Outros mecanismos igualmente circundavam o paternalismo dos empregadores. A ideologia dominante se disseminava também nas escolas para as crianças, nas creches, nos armazéns e até nas capelas. De acordo com Boris Fausto, o caso da indústria têxtil *Votorantim* ilustra esta assertiva, ao passo que possuía cinema, igreja e uma pequena praça dotada de um coreto, aos moldes interioranos, onde as famílias desfrutavam um lazer condicionado aos arredores do seu ambiente de trabalho – a estrada de ferro que ligava o núcleo fabril a Sorocaba (SP) também era monopólio da indústria (1975: 116-117).

A inexistência de qualquer legislação trabalhista neste período inicial não pode ser refutada, embora seja possível argumentar no sentido de umas poucas iniciativas. Na indústria têxtil, o conjunto dos trabalhadores era composto basicamente por mulheres e crianças, as quais poderiam ser integradas ao ambiente de trabalho fabril a partir dos cinco anos. Não havia seguridade contra acidentes nem previdência social, ou seja, nenhum mecanismo capaz de limitar o ímpeto de exploração da força de trabalho. A estas carências estavam associadas duas ferramentas patronais: o paternalismo e a repressão policial.

O paternalismo manifestou-se na construção de vilas operárias e no fornecimento de certos serviços (escolas, assistência médica, etc.). Mas a benevolência de semelhante paternalismo não ultrapassava a fachada. Os benefícios assistenciais tinham a contrapartida de descontos nos salários, não raro arbitrários e excessivos. Jorge Street, que costuma ser louvado pelo avançado espírito assistencial, declarou a uma delegação inglesa visitante de sua fábrica que os benefícios oferecidos não constituíam prática de caridade, porém visavam o pagamento de salários mais baixos, pois os operários costumavam torrar se dinheiro em coisas inúteis. Também Eduardo Jafet argumentou que não adiantaria pagar salários mais altos, uma vez que os operários não saberiam como gastá-los utilmente. Convém observar, ademais, que o assistencialismo paternalista derivava da vantagem que havia na construção de vilas operárias na vizinhança das fábricas, uma vez que isto reforçava a subordinação disciplinada do empregado ao patrão, numa fase em que o mercado capitalista de força de trabalho era, comparativamente aos dias atuais, restrito e de fraca fluidez (GORENDER, 1990: 49).

Com a proclamação da República, a mudança nas relações de classe ocorreu também em âmbito político. A escravidão já não vigorava mais, porém o proletariado nascente, os trabalhadores rurais e a grande massa de libertos formavam um grupo da sociedade republicana ao qual era necessário “assegurar a dominação dos grandes proprietários de terra e da burguesia, subordinados ao capital internacional” (FOOT & LEONARDI, 1982: 138). Floriano Peixoto tratou de reforçar as Forças Armadas, como instrumento prático, na medida em que incentivou a compra de uma série de canhoneiras e o desenvolvimento dos estaleiros navais. Hermes da Fonseca, por seu turno inserido na Pasta da Guerra, estabeleceu o serviço militar obrigatório em 1906 – fato que desencadeou o repúdio do movimento operário. O Estado brasileiro ia se tornando cada vez mais complexo, seu discurso fundamental foi sendo aprimorado, chegando a prevalecer uma ideologia da neutralidade visando o bem comum a todos. Em momentos decisivos na Primeira República, no entanto, seu conteúdo de “destacamento de homens armados” passaria a ser revelado: no Paraná e em Santa Catarina, 6.000 homens foram massacrados entre 1910 e 1916, cujo episódio chamou-se Guerra do Contestado.

Em que pese o potencial de reivindicação do nascente proletariado brasileiro, nota-se a distância social e política dos outros setores que poderiam constituir grupos aliados, como é o

caso da pequena burguesia. Não obstante, tratava-se de um isolamento relativo, embora edificasse inúmeras dificuldades no processo de inserção do operariado na vida republicana.

Se os argumentos já evidenciados sugerem uma vida exaustiva para as massas trabalhadoras, outro aspecto tem de ser levantado, num esforço investigativo capaz de englobar as mais diversas contribuições. Entre os problemas sociais que envolviam o surgimento e a solidificação processual de um novo modo de produção, e da mesma forma das suas classes sociais, as doenças e epidemias marcavam de maneira cruel as estatísticas republicanas. Em São Paulo, via de exemplo, uma coleta de dados referente aos óbitos ocorridos durante determinado período revelava altos índices de mortalidade infantil e de moléstias como tuberculose, diretamente associadas às condições de higiene e de alimentação (MORSE, 1970: 246-247). Comuns ao meio de vivência operária eram a peste bubônica, a febre amarela e o tifo, além da presença sempre ameaçadora da tuberculose.

Uma Análise do Jornal *O Exemplo*

A publicação escolhida para a abordagem deste estudo, o impresso semanal *O Exemplo*, remete a características peculiares, se comparadas a outras vertentes representativas do movimento obreiro. Jorge Luiz Pastorisa classifica este jornal como fora do ambiente da imprensa proletária, apesar de concluir que o mesmo “defende os interesses populares e divulga notícias do movimento operário” (1990: 105). Neste estudo, todavia, vigora um conceito inclusivo que internaliza a defesa das classes populares como critério central para situar o periódico. Em outras palavras, sob o nosso ponto de vista, ao contrário da classificação de Pastorisa, *O Exemplo* (cujo lema era “Jornal do Povo”) está inserido no conceito de imprensa operária, simplesmente por pautar o seu conteúdo na direção das populações trabalhadoras.

A pesquisa encontrou 83 exemplares do jornal, referentes ao espaço de tempo que congrega o período de 1908 até 1911. Os materiais estão arquivados em dois microfimes no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NPH/UFRGS). O setor que inclui estas fontes documenta a história da industrialização gaúcha e, como não poderia deixar de ser, disponibiliza um acervo sobre o movimento obreiro regional. Embora alguns deles estejam num estado de conservação apenas razoável, a grande maioria dos 83 jornais pesquisados em microfilme fornece a leitura completa das edições.

Sobre a história da publicação é interessante destacar alguns dados primordiais. Seguindo a prática da maior parcela da imprensa popular deste período, a periodicidade e o funcionamento d’*O Exemplo* oscilavam e dependiam de fatores externos, ou seja, da conjuntura sócio-econômica e política. “Fundado em 1893, dura até 1897, quando desaparece, ressurgindo em 1902. Dura então até 1919, com algumas interrupções” (PETERSEN, 1989: 44). As lideranças também se alternavam no periódico, o que estipula a existência de fases diferentes na sua linha ideológica, considerando um histórico aproximado.

Um dos proprietários que encampou a resistência através deste impresso se chamava Tácito Pires, líder operário conectado às idéias socialistas, com participação no Manifesto Socialista de 1897¹. Entre 1908 e 1911, nota-se a colaboração do militante libertário Henrique Martins, que em fevereiro do último ano assumiria a direção do jornal. Um traço de extrema relevância, implícito em todos os títulos investigados, consiste na defesa incondicional dos negros e mestiços, quase caracterizando uma espécie de porta-voz destas pessoas. Em 19 de dezembro de 1909, numa nota intitulada “Negro não pode ser marinheiro?”, entrava em evidência o combate ao racismo: “Sob a epígrafe supra, noticiou o nosso colega ‘O Echo do Mar’, veemente defensor das classes marítimas, o fato de serem recusados, no Rio de Janeiro, dois menores de cor preta” (*O Exemplo*, 19-12-1909: 01). A incorporação da luta pelos interesses da comunidade negra empreende uma assertiva

1. Manifesto emitido pelo Partido Socialista Brasileiro, que pautava algumas reivindicações do mundo do trabalho, como a redução da jornada diária para oito horas.

enérgica para a classificação deste impresso na lista dos que possuem um caráter popular. Com efeito, além do conteúdo interligado às classes populares e às reivindicações dos trabalhadores, a incorporação da causa negra salienta uma especificidade praticamente inédita durante a República Velha – no que concerne ao território gaúcho. A saber, a educação dos sujeitos ignorados pela elite hegemônica também pautava a linha editorial do jornal *O Exemplo*.

Fazemos compreender aos que não nos compreendem, por motivos que já sabemos, que “O Exemplo” tem por objeto a educação, a incitação ao estudo dos brasileiros que nunca tiveram a felicidade de cultivar, ao menos de forma rudimentar, o espírito, por falta de tempo e de meios (*O Exemplo*, 16-01-1910: 02).

Outra incidência imperativa repousa sobre a questão da propaganda comercial. Como argumentado por outras pesquisas, concernentes aos mais diversos impressos do início do século XX, a venda de espaços para pequenos estabelecimentos privados resultava na obtenção de muitos dos recursos mantenedores destes periódicos. N’*O Exemplo*, que continha quatro páginas em quase todas as edições observadas, as duas finais eram destinadas a este modo de arrecadar finanças. Por outro lado, as assinaturas também consistiam em fontes alternativas de dinheiro.

Os partidos políticos não eram representados. Malgrado em alguns momentos os indivíduos que compunham os quadros partidários e se identificavam com as classes populares tivessem espaço, a orientação para com as siglas expunha certa desconfiança. Não obstante, quando da ocasião em que o deputado Dr. Manoel da Motta Monteiro Lopes, eleito pelo voto (nas regras da época, vale lembrar, na Política dos Governadores²), esteve ameaçado pelas autoridades governamentais de não assumir o cargo por ser de cor negra, *O Exemplo* assumiu de forma integral a defesa ao intuito político deste sujeito. No entanto, nossa pesquisa não encontrou nenhuma citação ou elogio a qualquer que fosse o partido, pelo contrário, a seguinte passagem explícita o modo de tratar a questão, mesmo nos episódios envolvendo Monteiro Lopes: “Se é por conveniências partidárias, propriamente ditas, que querem repudiá-lo, não nos admiramos porque quaisquer que sejam eles: democratas, racionalistas, radicais, semitas, anti-semitas, socialistas, reacionários, imperialistas – são todos uma chicana” (*O EXEMPLO*, 21-03-1909: 01).

O acontecimento envolvendo Monteiro Lopes rendeu grande atenção ao periódico. Na edição de 21 de março de 1909, surgia a denúncia. A capa da publicação exibia os fatos, em que o Dr. Manoel da Motta Monteiro Lopes, eleito deputado pelo 1º distrito da Capital Federal (Rio de Janeiro) para o quadriênio 1909/1914, era rejeitado devido à negritude de sua pele. Quase toda a edição foi dedicada a este assunto. Os deputados Carlos Peixoto e Mello Mattos compunham aqueles que mais guerreavam contra o reconhecimento.

Monteiro Lopes é do povo, e por ele foi eleito. Falta ainda, porém, que seja reconhecido na câmara. E sobre esse assunto, que no Brasil inteiro, de norte a sul, se tem levantado os mais vivos protestos de solidariedade, amparados na consciência, em prol de Monteiro Lopes. Será ou não reconhecido? Qual o motivo de não ser? A sua cor não serve de base. Por acaso, não terá ele o preparo suficiente para exercer tal função? Ainda a consciência nos diz que tem. Estamos na República e, portanto, a igualdade deve existir em tudo e para todos. Não vemos nenhum outro mais digno, que possa preterir-lo. Demais, não queremos lá na Câmara, para nós que fazemos parte do povo, senão aqueles que, com penetrados

2. Dinâmica política na qual o presidente da República privilegiava as alianças com as oligarquias locais, ancorada num sujeito político novo, o governador de estado. José Murilo de Carvalho salienta que “ao redor do governador republicano arrematavam-se as oligarquias locais, das quais os coronéis eram os principais representantes. Seu poder consolidou-se após a política dos Estados, implantada por Campos Sales em 1898, quando este decidiu apoiar candidatos eleitos pela política dominante no respectivo estado” (1997: 01).

nos seus deveres, pugnem por nós, defendam os nossos interesses: e o eleito atual é dessa têmpera (O EXEMPLO, 21-03-1909: 01).

O decorrer dos episódios indica que a posse de Monteiro Lopes foi autorizada e o mesmo acabou exercendo o cargo a que foi eleito. É sugestivo advertir que mesmo se tratando de um parlamentar, que alcançou os votos necessários no sistema político da época e que fazia parte, de alguma forma, de uma elite entre a comunidade negra, a ideologia do racismo predominante na elite burguesa e oligárquica tentava a todo instante subjugar os indivíduos não-brancos³. As primeiras medidas do deputado em atividade buscavam algumas melhorias para os trabalhadores, embora as vias institucionais pouco ou nada modificassem a situação de vida e trabalho destas pessoas.

Na sessão de 17 do corrente o ilustre deputado, nosso amigo Dr. Monteiro Lopes, fez sua estréia na tribuna do Congresso Federal, agradecendo ao eleitorado do Distrito Federal a sua eleição e pedindo inclusão na ordem do dia dos trabalhos, os projetos uniformizando as horas de trabalho, os vencimentos dos operários e instituindo uma indenização por morte ou incapacidade produzida em acidente, no exercício da sua profissão (O EXEMPLO, 25-06-1909: 02).

A visita do ilustre “representante” das questões populares na Câmara Federal a Porto Alegre também propiciou uma cobertura de gala nas páginas do jornal *O Exemplo*. A edição de 23 de janeiro de 1910 prestava vastas homenagens a Monteiro Lopes, nas duas páginas atinentes ao conteúdo. Na seqüência, em 30 de janeiro do mesmo ano, os apontamentos remeteriam a recepção das classes populares gaúchas ao deputado, além de darem relativa atenção a algumas circulares divulgadas com informações sobre pleitos eleitorais em entidades obreiras. A epopéia sobre o negro alçado ao parlamento ainda percorreria as publicações dos dias 6 e 13 de fevereiro de 1910, na medida em que qualificaria de “grandiosa e sincera” a recepção por parte dos porto-alegrenses e destacaria a partida triunfal do deputado.

As atividades de recreação do proletariado mereciam, também, uma dose regular de informações nas folhas do *O Exemplo*. A coluna denominada *Sport Hippico* abordava as corridas de cavalo, prática freqüente na época e que reunia uma verdadeira legião de apreciadores. No primeiro dia de 1909, a exclusão dos leitores do jornal no ambiente da jogatina hípica, repleto de integrantes da elite, era exposta como uma espécie de aviso.

Teremos no próximo domingo prometedoras corridas, havendo por esta ocasião larga distribuição de reclames em fumos, bombons, etc. Fazemos notar aos nossos caros leitores que não lhes tocará participarem da supra-dita distribuição, pois supomos que seja a mesma só para habituais pagantes; e como na maior parte os que lêem a nossa seção *hippica*, fazem parte do povo “minhoca”, é bem de ver que não lhes caiba senão o cheiro do que houver (O EXEMPLO, 01-01-1909: 02).

Em paralelo, o futebol e as festas populares valiam o esforço dos operários gráficos do jornal, porquanto aparecessem notícias relativas a eles numa série de ocasiões. No que concerne aos clubes que praticavam o esporte, o exemplar de 16 de janeiro de 1910 anunciava uma partida sob o prisma do operariado.

Tem tomado sério desenvolvimento entre nós o jogo de futebol, que invadindo todas as classes sociais, conta-se já duas associações, compostas em sua totalidade de operários, que cultivam esse gênero de esporte. “Centro Esportivo Operário”

3. Basta conferir os escritos de Raimundo Nina Rodrigues, via de exemplo, que designavam ao homem de cor negra tendências biológicas ao crime. Tal teoria, parte do chamado “racismo científico”, propunha uma espécie de criminalidade étnica.

e “Foot Ball Club Rio Grandense” são os nomes dos dois novos clubes que se apresentam hoje, em público, contando ainda poucos meses de existência, batendo-se em partida amistosa no gramado da primeira daquelas agremiações, situado no Campo da Redenção (O EXEMPLO, 16-01-1910: 02).

As festas populares, por sua vez, em muitos casos eram repudiadas pela polícia e pelas autoridades governamentais, sendo que para o fim do encontro bastava a chegada dos representantes do poder republicano. A interferência do patronato na vida dos empregados ocorria de maneira radical nestes acontecimentos, mesmo que os tais indivíduos populares gozassem da alcunha de cidadãos nos parâmetros republicanos.

Não raras vezes foram assaltados lares em festa por falta da licença da polícia para dançarem, como era de praxe no tempo do cativo escravidão; e sendo presos, contra a expressa disposição constitucional da República, indefesos operários e cidadãos brasileiros (O EXEMPLO, 09-01-1910: 01).

Na mesma perspectiva, no dia 10 de janeiro de 1909, as denúncias contra a repressão policial aos momentos de festa do operariado eram constantes, além de apontamentos que sugeriam o excesso de violência como prática naturalizada.

Os mantenedores da ordem pública, que julgam ser também das prerrogativas constitucionais, só surgem, agindo de facas em punho, a fim de abrirem cancha para acabarem com a festança e levar-nos a curativos, quando já estivermos com as tripas de fora (O EXEMPLO, 10-01-1909: 02).

O teatro também compunha o quadro de possibilidades de lazer para as classes trabalhadoras, aparecendo em determinados momentos nas páginas do jornal *O Exemplo*, quando se tratavam de peças que remetiam aos assuntos do interesse obreiro. Uma espécie de resenha sobre determinada peça elaborada pela Companhia Dramática Alemã foi encontrada no exemplar do dia 29 de maio de 1910.

A peça de *Sudermann* é, pois, uma crítica à sociedade burguesa tal qual ela existe com os seus defeitos. É uma tese apanhada no meio da vida de um burguês e de um proletário; é um assunto palpável e que, portanto, é verdadeiro. Um burguês desonra a filha de um casal operário, que devido à educação religiosa que recebeu, se conforma quanto ao desonrador, mas que culpa a própria filha por ter-se deixado seduzir, maltratando-a, dando-lhe no rosto, etc. Mas um irmão da vítima protesta com todo o vigor da revolução que lhe carrega no peito. O sedutor tenta remediar o mal que cometeu, pagando com alguns marcos a honra que roubou à menina, expediente a que recorrem todos os burgueses, porque a lei para eles é inatingível (O EXEMPLO, 29-05-1910: 02).

É possível inferir que a resistência dos trabalhadores e subjugados pelas classes dominantes tinha de procurar todos os alicerces da exploração observados no cotidiano real dos sujeitos sociais. Os momentos de lazer do operariado eram considerados encontros pagãos, nos quais a bebida e os intentos contra a moral constituíam práticas rotineiras. De fato, o alcoolismo era tratado na época como uma epidemia, por motivos óbvios, na medida em que o vício se alastrava na sociedade brasileira da República Velha. No dia 6 de março de 1910, *O Exemplo* propunha em suas páginas textos contrários ao consumo de bebidas alcoólicas. No entanto, a elite hegemônica acusava apenas os elementos do proletariado de serem portadores deste vício. Ora, um observador mais astuto não se contentará com esta afirmação, pois parece claro que também os ricos não abriam mão do consumo de bebidas como a cachaça, o vinho e o *whisky*, entre outras consideradas de fino trato.

Atentar com mais profundidade à representação que a comunidade negra encontrava no jornal *O Exemplo* consiste num ato de fundamental relevância. Com quase duas décadas de abolição, muitos percalços ainda eram enfrentados pela população de pele negra, principalmente quanto ao acesso ao mercado de trabalho capitalista. Sem dúvidas, tal complicação em muito se devia ao fato de os negros libertos não estarem preparados para atuar num sistema de trabalho totalmente diferenciado daquele erguido nos pilares do escravismo. As relações de assalariamento permitiam aos patrões não contratar indivíduos identificados com a África, seja pela cor ou pelo parentesco, caso aqueles assim preferissem. A política do governo republicano, ao passo que incentivava com entusiasmo a imigração européia, também contribuía para uma forma clara de substituição da mão-de-obra, não mais escrava e negra, mas branca e nos moldes do capitalismo ascendente no país. Em todos os dias 13 de maio dos três anos de material pesquisado, a publicação primava por um especial dedicado inteiramente ao término da escravidão.

Quando se fez a emancipação, os escravos estavam bestializados pela longa vida de misérias e insultos à sua moral. A existência que levavam tinha acabado por lhes tapar os sentidos, a ponto tal que muitos deles julgavam mentirosa a liberdade que lhes era dada. Depois da emancipação, cada um teria de ir para o seu canto trabalhar, para poder viver; mas nada podiam fazer porque não entendiam coisa alguma de artes e ofícios (O EXEMPLO, 13-05-1910: 01).

Da mesma maneira, a Lei do Ventre Livre, datada de 28 de setembro de 1871, era considerada pelo periódico um grande acontecimento, que em todo o aniversário deveria ser comemorado sob a égide de um avanço incontestável. Para isso, uma edição exclusiva nestes episódios rendia importantes considerações, cuja exaltação do combate gradual ao racismo ganhava notáveis distinções n' *O Exemplo*.

Há 38 anos que a data 28 de setembro passa entre expansão de júbilo. Nesse dia, no ano de 1871, o vulto homérico de José Maria da Silva Paranhos, dominado pelos mais sublimes sentimentos humanos, fez surgir nas trevas das negras senzalas a luz da Redenção às vítimas da grande bestialidade humana, e que foi uma nota promissora do deslocamento da ingrata escravatura (O EXEMPLO, 28-09-1910: 02).

O enfrentamento ao racismo não se limitava às comemorações de dias especiais; pelo contrário, através de colaboradores e impressos de outras regiões, conteúdos e notícias pautadas na questão do negro ganhavam grande espaço no “jornal do povo”. Além dos negros, dos operários e dos trabalhadores em geral, os índios e os mestiços também viam nestas páginas um baluarte de resistência. As referências a outros materiais de cunho popular faziam muito sentido ao intuito de unidade dos trabalhadores.

Lemos no número 297 da *Federação*, que o doutor *Von Thesing*, diretor do Museu de São Paulo, aconselha para civilização das regiões incultas do Brasil, o extermínio dos indígenas. A notícia não é original; daquela milícia estadual já foram excluídos os homens de cor preta. São Paulo tem soldados, educados à francesa, que matam operários; aconselhando a exterminar os indígenas, esse diretor não passa de um admirador vulgar de Pizarro e Cortez, que matavam os naturais americanos na boca dos canhões. Causa mal a esse senhor a pele áspera dos selvagens; nota-se que São Paulo é a cidade dos estrangeiros. Vá pregar noutra freguesia, seu doutor! (O EXEMPLO, 10-01-1909: 01).

Nem as edições de virada de ano escapavam ao ímpeto de resistência contra as calamidades sociais espalhadas pelos centros urbanos. Com as relações capitalistas de produção estabelecidas,

os negros libertos considerados subalternos e marginalizados, além das dificuldades enfrentadas pelos operários das indústrias cada vez mais disseminadas, a dinâmica da vida em sociedade no Brasil recém desligado da monarquia não indicava uma fraternidade latente entre os ricos e os pobres. Saudando o ano que viria a começar, na medida em que a esperança de uma vida melhor deveria ser levada adiante, *O Exemplo* lembrava aos seus leitores as mazelas daqueles que não pertenciam ao espectro dirigente do regime econômico e político da Primeira República.

Oh! Trabalho! Dizem que ele dignifica, que honra. Como se vê o mineiro morrer de fome, à beira da mina, por haver reclamado mais valor ao seu trabalho? Como se vê criancinhas esfaimadas, esfrangalhadas, tiritando de frio, à porta dos hotéis, dos cafés, das lojas, mendigando um pouco de leite para fortificar o sangue, onde não há mais ferro, nem um albuminóide? (O EXEMPLO, 01-01-1909: 01).

O falecimento de pessoas ligadas ao operariado ganhava considerável atenção nas páginas do impresso. A devida homenagem a determinados sujeitos, muitas vezes não realizada em vida, poderia ser observada na seção *Lar em Luto*, direcionada inteiramente a prestar reverências aos que já não estavam no mundo dos vivos. Não obstante, no dia 10 de janeiro de 1910, Mario Pereira Meirelles, antigo colaborador da publicação, merecia destaque por ocasião da sua morte.

Nos belos tempos que cinco mil réis era muito dinheiro, o saudoso Mario foi um dos poucos daquela plêiade que teve o desprendimento louvável de despendar aquela quantia a fim de publicando o jornal "*O Exemplo*" podermos montar a bateria de nosso pensamento em defesa dos oprimidos (O EXEMPLO, 10-01-1910: 02).

Em 28 de novembro de 1908, num dos primeiros exemplares verificados nesta pesquisa, o falecimento de um operário também motivava palavras de conforto.

Angelino Borges era um caráter inteiriço como filho, pelo desvelo que dedicava a família; como operário, pela lealdade com que se mantinha entre os colegas de oficina sempre, solidário com as causas justas de interesse geral da sua classe, sem preocupar-se com prejuízo de ordem material que lhe pudesse advir; e como amigo, pelo altruísmo com que correspondia às considerações que lhe eram dispensadas (O EXEMPLO, 28-11-1908: 02).

As categorias profissionais em particular eram tratadas com cuidado significativo pelos redatores d'*O Exemplo*. Como no caso dos marinheiros negros rejeitados para o serviço, as denúncias de exploração contra trabalhadores dos mais variados setores compunham prática comum no cotidiano do jornal. Grande atenção chamou as considerações sobre os pedreiros porto-alegrenses, relatados quase como objetos do patrão, nos quais as demandas de trabalho superavam muitas das condições físicas destes indivíduos e levavam alguns deles a adquirirem doenças ou complicações de saúde. Na aurora do ambiente urbano, tanto quanto os operários de fábricas, estes pedreiros detinham uma importância inegável para o desenvolvimento das cidades, pois saíam de suas mãos as enormes casas e edificações, cuja propriedade, logicamente, pertencia à elite dominante da época. Em pleno verão gaúcho, com altas temperaturas e jornadas de trabalho exaustivas, estes trabalhadores encontravam n'*O Exemplo* alguma forma de comunicar suas demandas e sofrimentos.

A quem for atento a estas coisas, causa indignação o modo como são tratados os pedreiros. Com estes calores fortes vêem-se os homens trabalhar das seis horas da manhã às seis horas e meia da tarde, como sucede na maior parte das obras em construções. No edifício das obras públicas, em construção, à Rua Duque de Caxias, trabalham em uma altura elevada até as seis e meia da tarde, expostos a

vertigens, insolação e outras doenças que resultam do calor sufocante; e enquanto isto, um sujeito bem engravatado que parece ser o arquiteto, anda inspecionando o serviço debaixo de sombra e se abanando (O EXEMPLO, 31-01-1909: 01).

Por outro lado, pode ser verificado um conteúdo exclusivamente político nos escritos deste exemplar, de janeiro de 1909. Utilizando a comparação entre os funcionários públicos e os proletários, nota-se a tendência a atacar os preceitos constitucionais não realizados na vida cotidiana.

Se esta República é de “igualdade”, como está escrito no seu escudo, por qual razão o empregado público trabalha das dez horas da manhã às três horas da tarde, na sombra, escrevendo de quando em quando, palestrando, acotovelando pelas mesas, recebendo o seu ordenado no dia 30 (e ainda se lembram de montepios, futuro reservado a seus filhos) e o operário, a grande força motriz do progresso, é obrigado a trabalhar dez ou onze horas por dia recebendo valores insignificantes, sujeitos a uma vigilância como eram os escravos pelo feitor! (O EXEMPLO, 31-01-1909: 01).

A interação dos leitores com o jornal e os contatos com outras redações populares sugerem uma amplitude capaz de confluír para uma rede de resistência do movimento obreiro, por intermédio dos meios de comunicação impressos. Não raros eram os recebimentos de saudações, acréscimos e outras mensagens; estes materiais eram enviados ou coletados pelas redações, que a partir disso muitas vezes expunham nas próprias páginas dos jornais determinadas manifestações exteriores. Em 17 de janeiro de 1909, um bilhete vindo de Viamão, nos arredores de Porto Alegre, expressava o sentimento pela “ilustre redação do jornal *O Exemplo*”.

Recebi ontem do correio os números 142 e 143 do vosso estimado periódico, os quais me vieram encher o coração de alegria, por ver que no seio dos nossos ainda existe um grupo de destemidos moços dispostos a sustentarem a publicação de um órgão que tem por fim trabalhar em defesa dos oprimidos, não olhando a cor da pele dos indivíduos, e sim, as suas ações perante a sociedade em que vivem (O EXEMPLO, 17-01-1909: 02).

Intrínsecas ao processo de consolidação da nova ordem econômica, instituído por intermédio das relações entre trabalhadores e patrões, as condições diferenciadas de sobrevivência dos indivíduos entre uma e outra classe se mostravam evidentes em diversos aspectos. Não obstante, a moradia constituía destaque no que concerne à amplitude da desigualdade, na medida em que a construção de grandes mansões e residências de luxo era intensa no período da Primeira República. Por outro lado, os operários e sujeitos pertencentes às camadas sociais baixas – o povo – habitavam locais considerados, no mínimo, não muito adequados para o estabelecimento de uma vida cotidiana prazerosa. O jornal *O Exemplo*, ainda em 1909, relatava tais dificuldades e o antagonismo existente sob o ponto de vista econômico.

Na medida em que se vão edificando palácios e confortáveis vivendas na área urbana e suburbana da cidade, o povo, o proletário, que toma a densidade do vapor das máquinas das usinas, que eleva os mesmos palacetes, expostos a morrerem queimados pelo sol, devido à falta de humanidade dos proprietários, o jornaleiro, que recebe uma quantia insignificante; em suma, os fracionados da fortuna, prontos a definharem por falta de ar e luz, como é patente da sua existência no fundo dos *ateliês*, oficinas anti-higiênicas – o proletário tem de fugir da cidade, ir para o mato, arranjar-se para alguns casebres, porque o dinheiro que ganha não chega para comer, quanto mais para pagar casas com valores elevados. [...] O povo, o proletário, não deve permanecer indiferente a isto, não deve apelar

para o governo, porque ele não atende, a prova é que ele está consentindo nisso; mas deve reclamar, deve unir-se para resistir à exploração (O EXEMPLO, 07-02-1909: 01).

O preconceito social atingia também setores como o da educação. Numa conjuntura em que os trabalhadores implicavam em muitos analfabetos, certamente para a elite dominante a tarefa de educar os filhos dos operários não aludia um negócio lucrativo. Os negros, então, que se mantivessem longe dos colégios e das escolas, pois estes não eram os seus lugares. A bandeira de luta que reivindicava a instrução ao povo, mesmo os marginais no contexto financeiro, cintilava como um aporte necessário para pressionar a dinâmica coletiva a democratizar os serviços governamentais.

Entre as condições necessárias ao progresso de uma nação, destaca-se, sem dúvidas, como principal, a instrução popular. [...] Entretanto, ainda predomina a ignorância no meio dos filhos humildes em pleno século XX? Somente porque o preconceito avassala ainda as consciências! Nega-se a instrução ao filho do homem preto; nega-se a instrução ao filho do modesto operário, porque este não pode freqüentar a aula de botinas e colarinho! E aquele porque é preto, envergonha seus colegas e até mesmo seus professores! (O EXEMPLO, 22-08-1909: 01).

O intuito reclamatório demandava soluções em conjunto, que ampliassem os horizontes da classe operária e estabelecessem um diálogo direto com as autoridades da República Velha. O modelo mais freqüentemente utilizado remetia a criação de organizações e entidades representativas, num esforço de unificar e projetar as ações da realidade cotidiana. O jornal *O Exemplo*, no primeiro dia do mês de agosto de 1909, noticiava a criação da Liga dos Pintores, dotada do propósito de “unir os profissionais da área em defesa dos seus interesses, praticar auxílio mútuo nas emergências que vierem, dar aulas e conseguir trabalho”. É interessante notar que neste mesmo material constava uma denúncia contra determinada fábrica de alimentos, baseada em relatos de cientistas do centro do país.

Segundo informações de um colega de imprensa, o laboratório de análise do Rio de Janeiro acaba de comunicar à alfândega do Rio Grande do Sul que a Farinha Láctea da marca Nestlé é nociva à saúde, por conter ácido *sai-yilico* (O EXEMPLO, 01-08-1909: 02).

Até onde foram as validações desta denúncia soa irrelevante; fundamental, para este trabalho, é compreender o dinamismo do conteúdo de resistência desta publicação, na medida em que as variáveis de identificação com as classes populares atingiam significados extremados em determinados momentos. A simples denúncia de uma farinha, proveniente de uma grande indústria alimentícia, associada em algum grau ao capital dos patrões, pode levar um impresso com orientações ideológicas específicas a um processo de resistência orgânica às relações de trabalho estabelecidas. Ora, esta assertiva pode ou não se confirmar, principalmente levando em conta o ponto de vista do leitor, embora os indícios demonstrados apontem para uma proeminência sólida neste sentido.

Sobre a difusão de associações dispostas a congregar os interesses do proletariado, o jornal *O Exemplo* punha em evidência a categoria dos estivadores. Diante da criação de uma entidade representativa do setor, a publicação se declarava companheira na solidificação da iniciativa, do mesmo modo que disponibilizava suas páginas para auxiliar no que fosse preciso.

Em dia da semana passada, por um grupo de trabalhadores que se empregam no serviço de carga e descarga nos navios que ancoram em nosso porto, foi fundada uma sociedade com o nome de “União dos Estivadores”, a fim de reclamarem

os seus direitos, quando lhes forem negados, e amparar seus associados em caso de necessidade e invalidez no trabalho. Daqui, aplaudimos a idéia e desde já colocamos estas colunas a disposição da dita sociedade para o que lhes pudermos ser úteis (O EXEMPLO, 25-06-1909: 02).

Em algumas edições foram encontradas referências aos distúrbios sociais canalizados pela criminalidade urbana. Desta maneira, os crimes ocorridos nos subúrbios e localidades de baixa renda ganhavam destaque, sob o ponto de vista de que pretendia trazer informações relacionadas aos grupos inferiores na hierarquia econômica da Primeira República.

A pesquisa nos 83 exemplares do jornal *O Exemplo* verificou um detalhe interessante acerca dos atributos gráficos do impresso. A partir do dia 12 de dezembro de 1909, algumas qualificações puderam ser claramente notadas, principalmente nos aspectos tipográficos. No mesmo sentido, o exemplar do dia 15 de agosto de 1910 marcava o início da introdução mais rotineira de ilustrações nas páginas do jornal.

Nas vésperas de mais um aniversário da Revolução Farroupilha, o periódico não deixaria de lembrar o intento separatista gaúcho. No entanto, ao invés de abordar a questão ressaltando o corpo dos acontecimentos, as páginas do jornal *O Exemplo* pautavam a exclusão racial da época e os fatores que circundavam a diferenciação através da cor da pele dos seres humanos.

O Exemplo, jornal do povo, presta nestas ligeiras linhas, sinceras homenagens à memória daqueles que, escravizados pela infame Constituição Monárquica, que outorgava o direito de vender e comprar homens, eram arrancados de preferência do martírio das senzalas, para repousarem, entulhando as valas, com cadáveres trespassados pelas balas dos combates desse memorável prélio, de 20 de setembro de 1835 (O EXEMPLO, 19-09-1909: 01).

As práticas impostas pelos funcionários superiores aos empregados de baixo escalão vigoravam de maneira livre nos primórdios do capitalismo brasileiro. O tratamento aos proletários comuns era considerado um estatuto disciplinar, na medida em que tais indivíduos deveriam ser enquadrados em normas que lembravam a estratificação militar. De fato, nem todos os patrões deviam agir desta maneira; entretanto, os relatos das mais diversas fontes tendem a encaminhar a situação referida para a grande maioria dos casos.

Sabemos que um Sr. Andrino, fiscal da Companhia do Gás, pretende impor aos seus subordinados, acendedores do gás, um regime militar, com toques de cornetas, caserna, etc. Lembremos a esse Sr. que também peça aos seus superiores de ordenar que lhes façam uma militarização na sua vida, como por exemplo: obrigá-lo a ser contrariado na sua vontade (O EXEMPLO, 19-09-1909: 02).

As formas alternativas de produção começariam a ganhar espaço nas páginas do periódico a partir do ano de 1910. A edição de 16 de janeiro apresentava praticamente todos os seus conteúdos dedicados a esclarecer o funcionamento das cooperativas. Os textos, por sua vez, marcavam as qualidades e os percalços provenientes desta maneira de organizar a produção. De todo modo, as cooperativas surgiram como alternativa concreta ao espírito da exploração capitalista, malgrado o pequeno período de consolidação das relações assalariadas ainda despertasse na sociedade da época uma espécie de “estranhamento positivo”.

A crítica ao governo republicano do país e, fundamentalmente, ao evidente estabelecimento da chamada Política dos Governadores, aparecia com maior clareza por intermédio da cobertura das eleições presidenciais. O exemplar do dia 20 de fevereiro de 1910 deixava transparecer a visão sobre o pleito federal, na medida em que caracterizava a escolha do presidente como “um negócio para brasileiros estrangeiros e não para brasileiros crioulos ou crioulos brasileiros”. Mais uma vez,

a questão racial surgia preponderante na dinâmica da sociedade brasileira, separada por classes, mas também por aspectos ideológicos profundamente arraigados – imersos numa herança colonial latente.

A desorganização habitual de uma série de categorias profissionais consistia, sem dúvidas, num fato inegável no espaço de tempo que corresponde à Primeira República. Levando em conta a pequena história do operariado, em paralelo ao curto trajeto das próprias relações de produção capitalistas no Brasil, não seria conveniente esperar que o movimento obreiro iniciasse angariando uma quantidade absurda de adeptos e organizações. Pelo contrário, o atraso brasileiro com relação à Europa, por exemplo, tornou o proletariado nacional do século XX insipiente e desordenado – ao contrário do contexto encontrado no Velho Continente.

No sentido inverso de grandes centros urbanos como São Paulo, os operários gráficos gaúchos estavam inseridos no montante das categorias desunidas e pouco homogêneas. O jornal *O Exemplo*, na edição do dia 17 de julho de 1910, relatava com abatimento a situação.

Como quase no geral acontece em outras classes, na classe tipográfica nota-se patente e categoricamente a mesma coisa: falta de união, desleixo, má vontade e outras influências perniciosas que redundam na fraqueza e na desmoralização do meio proletário (O EXEMPLO, 17-07-1909: 01).

O número posterior, entretanto, trazia a notícia da criação de uma entidade representativa dos tipógrafos gaúchos, o que era festejado claramente pelo impresso. A partir de então, uma campanha de fortalecimento deste órgão foi traçada e tocada adiante, através das páginas do jornal *O Exemplo*. A idéia da “União Tipográfica” passaria a figurar em alguns dos exemplares futuros, como no dia 21 de julho de 1910.

Muito interessante, sob o ponto de vista do observador atual, são as especulações sobre o futuro da humanidade, contidas na edição do dia 11 de setembro de 1910. Projetando os séculos que viriam, a esperança da transformação social estaria posta em prática, e as comunidades humanas viveriam de maneira mais igual e harmoniosa.

Em 2100 o homem terá aprendido a tirar da terra tudo que lhe for preciso para a sua vida, assim como do ar e dos mares; toda a vida tornar-se-á barata, a ponto de qualquer operário pobre se permitir despesas que, presentemente só um milionário conhece (O EXEMPLO, 11-09-1910: 02).

Sobre o âmbito internacional, uma coluna do dia 13 de janeiro de 1911, amparada em informações trazidas de outras publicações, denunciava as condições de vida e trabalho no México governado por Porfírio Dias. Tais assertivas remetiam a uma situação específica do local, embora pudessem servir de conscientização para os brasileiros.

O proletariado ganha ordenados ínfimos, trabalhando 13 ou 14 horas por dia. O camponês é o escravo perfeito: trabalha 10, oito horas por dia, ganhando 300 réis por jornada. Os *peones*, índios passivos, têm a mais horrível sorte que pode esperar um homem. Nas fazendas matam-lhes de trabalho e fome; quando querem ir-se embora, o governo manda caçá-los e entregá-los aos seus donos. Os índios *Yaquis* e *Majas* foram exterminados, porque resistiram. Da moral social, os governadores ou chefes políticos fazem o que querem; apoderam-se das esposas dos outros, mandando o marido para um regime longínquo. E assim vive aquela pobre gente (O EXEMPLO, 13-01-1911: 02).

O ano de 1911 marcou, em Porto Alegre, a existência de uma série de levantes operários contra os flagelos que perpassavam a vida e o trabalho destes cidadãos. O jornal *O Exemplo*, no dia

24 de janeiro de 1911, abria suas páginas para apoiar a greve dos pedreiros, que buscavam a diminuição da jornada para oito horas diárias. Na edição seguinte, o impresso conclamava as demais categorias para que apoiassem com veemência a iniciativa, numa espécie de injeção de ânimo ao movimento dos pedreiros porto-alegrenses. “Operários de todas as classes, sede solidários com os nossos irmãos de infortúnio neste ato de reivindicação, para o ganho da causa, que será uma vitória para o proletariado!” (O EXEMPLO, 05-02-1911: 01).

Porquanto os exemplares pesquisados deste ano (1911) demonstrem vários levantes dos trabalhadores gaúchos, foi também neste mesmo período que o jornal *O Exemplo* expôs de uma vez por todas o seu conteúdo de classe. Ao informar acerca destes acontecimentos, o periódico insuflava as massas populares a repetirem os atos dos seus colegas e a procurarem obter o máximo dos seus direitos. Com algumas vitórias imediatas, isto é, a aceitação forçosa das pautas por parte de alguns patrões, a perspectiva de melhorias se tornava realidade e o jornal operário não poderia figurar distante destes episódios.

Veio a greve para dizer, mais uma vez, que é unicamente pela união que poderão ganhar terreno, na conquista do que lhes é tolhido, aqueles que trabalham sem descanso e com baixa remuneração, para bem poderem ganhar o sustento diário individual e da sua família (O EXEMPLO, 19-02-1911: 01).

A República Velha trouxe para a pauta política o republicanismo. Por outro lado, este momento da história brasileira congregou também a solidificação do início do modo de produção capitalista, bem como das classes dele derivadas: a burguesia e o proletariado. De fato, o desenrolar do século XX e o alvorecer do século XXI trazem consigo muitos fatores que afastam uma ambigüidade dicotômica entre as classes sociais. Na nossa perspectiva, contudo, a essência das desigualdades ainda está intimamente ligada ao processo de produção material da sobrevivência humana, mesmo que sob uma égide muito mais complexa, em que figuram os mais diversos elementos complicadores.

Na Primeira República, portanto, a distância entre a elite e o povo trabalhador (ou excluído também do trabalho) era acentuada, muito pelo caráter inicial das relações de produção, mas também devido à herança colonial discriminatória que insistia em permanecer nas entranhas do novo regime. E a imprensa, o que deveria fazer? Os grandes veículos de comunicação, na maioria dos casos de propriedade vinculada aos empresários possuidores de um aporte financeiro considerável, não seriam responsáveis pela defesa dos interesses dos subalternos – afinal, eram subalternos. Nessa medida, o conceito de imparcialidade não poderia vingar na grande imprensa de maneira contundente. Através da imprensa popular, mais especificamente da imprensa operária, os trabalhadores e oprimidos desta sociedade repleta de vícios e instintos preconceituosos encontravam uma maneira de pressionar a opinião pública e o governo. Mesmo que alguns jornais (como o abordado neste estudo) não estivessem atrelados diretamente a associações ou entidades operárias, o conteúdo que eles tornavam público canalizava as reivindicações do movimento obreiro e resistia frente a novos ataques da classe dominante. Em outras palavras, aqueles que não representavam uma ou outra categoria profissional ou organizativa, representavam de alguma forma (ainda que simbólica) a classe operária em si, na medida em que serviam de ferramenta para uma resistência orgânica e geral dos oprimidos pelo *status quo* da época.

O jornal *O Exemplo*, o “jornal do povo”, trazia em suas páginas a voz dos excluídos, dos negros sem espaço numa sociedade ideologicamente racista, dos trabalhadores explorados e do movimento obreiro atuante. Na visão deste artigo, cuja pesquisa encantou uma mente esperançosa, *O Exemplo* foi mais do que um jornal operário: foi um instrumento de resistência.

Conclusão

O modo como as pessoas produzem os bens materiais necessários para a sua sobrevivência tem recebido considerável atenção entre os cientistas sociais no decorrer da história humana. Com o esgotamento do sistema feudal, os comerciantes que acumulavam algum dinheiro passaram a ascender na hierarquia societária na medida em que as relações passavam a se dar de formas diferenciadas daquelas entre senhores e servos.

A Revolução Industrial consolidou um novo modo de produção: o capitalismo. No Brasil, o século XVIII e quase todo o XIX ainda mantinham a dominação colonial portuguesa, além da escravidão negra, fatos que obstruíam o completo desenvolvimento das relações capitalistas no país. De qualquer maneira, mesmo que por intermédio de um desenvolvimento desigual e combinado, seus alicerces já estavam fincados nos territórios luso-brasileiros, embora num ritmo muito distante dos acontecimentos ocorridos na Europa.

O capitalismo brasileiro, denominado por alguns de “capitalismo tardio”, não deixou de erguer as duas classes sociais derivadas dos primórdios do seu fortalecimento enquanto conjunto de práticas produtivas. A burguesia e o operariado, por sua vez, tomaram traços característicos de um terreno específico, no qual as heranças da colonização lusitana permaneciam numa série de elementos vultuosos. Grosso modo, as indústrias nacionais da Primeira República (período da solidificação do modelo fabril, que cresceria majoritariamente com o passar do século XX) propulsaram os desentendimentos entre patrões e empregados, tendo em vista a precariedade das condições oferecidas aos trabalhadores assalariados. Ao passo que a elite financeira transformava seus hábitos de vida e consumo, porquanto a urbanização começasse a se tornar uma tendência quase irreversível, o proletariado encarava as privações de um capitalismo deveras rudimentar. Enquanto no Velho Continente o movimento obreiro já alcançara, através de enfrentamentos radicalizados, um determinado grau de resistência, no Brasil a insipiência e a desorganização se configuravam nos aspectos mais freqüentes na rotina destes indivíduos.

No que concerne à abolição, datada de 1888, vigora fundamental o estabelecimento de alguns comentários paralelos. Celebrados como livres e com a alcunha de cidadãos, os negros da República Velha pouco ou quase nada tiveram para comemorar de imediato. O mercado de trabalho, capitalista, tinha o privilégio de escolher aqueles que ocupariam as vagas ociosas, sendo que os contratos eram travados na maioria dos casos com a dominância dos empregadores. Ora, numa sociedade racista, na qual as ideologias do racismo científico continham vasta aceitação, não parece que tais sujeitos de cor estivessem facilmente incluídos, tampouco fossem providas as condições para a sua sobrevivência.

Juntamente ao contexto relatado, o avanço das técnicas de produção incentivou o processo de comunicação de massa. Os jornais passaram a atingir grande circulação e a divulgar ideologias, informações e obras literárias. Panfletos, cartazes e outros impressos também figuravam como novas etapas comunicativas. No entanto – como defendido no desenrolar deste trabalho –, os jornais de maior tiragem, circulação e público leitor estavam intimamente ligados aos capitalistas, seja por eles serem ou seus proprietários, ou mesmo pelo conteúdo encontrado em suas páginas. Na imprensa periódica dominante, eram raras as referências que denunciavam a exploração dos operários e expressavam desgosto quanto aos patrões; quanto aos negros, logicamente, a prática era a mesma.

A organização das classes populares em entidades, sindicatos ou associações de auxílio mútuo passavam a concretizar um embrião de luta para este conjunto de pessoas. Para isso, os indícios demonstram que a vinda de uma volumosa quantidade de imigrantes europeus contribuiu decisivamente, pois eles traziam as ideologias de resistência predominantes no cenário europeu. É importante ressaltar, entretanto, que o movimento obreiro nacional, na sua dinâmica própria, recebeu os estrangeiros como um “reforço”, o que não deflagra uma dependência direta e irremediável para com eles.

O surgimento de jornais operários na República Velha consistiu num fenômeno interessante, estando estes materiais conectados ou não às organizações de classe. Com efeito, o jornalismo

proletário – popular – deste espaço de tempo delatava a situação das fábricas, da comunidade negra, das vilas e moradias operárias. Punha em alerta seu contingente de leitores para a criação de novas entidades, além de noticiar o nascimento de outros impressos dotados deste caráter e auxiliar na organização dos movimentos reivindicatórios, como greves e passeatas. Alguns desses periódicos eram orientados pelas correntes socialistas; outros se alinhavam com as disposições libertárias, ditas anarquistas; contudo, havia aqueles que não aderiam declaradamente a nenhuma das duas, mas também aqueles que julgavam fundamental interligar ambas as perspectivas.

A pesquisa e os esforços teóricos realizados podem não ter servido para muita coisa, na interpretação daqueles que desacreditam os conceitos-chaves aqui propostos. Sem dúvidas, a própria abordagem epistemológica contida nestas páginas obrigatoriamente aceita o descrédito dos seus leitores. Há, todavia, algo mais a se dizer nesse sentido. Quando a escolha cronológica deste estudo remete à República inicial brasileira, não o faz por acaso. Se esta investigação procurasse no século XXI, ou mesmo na última metade do século XX, a estrutura temporal para o desenvolvimento das suas hipóteses, todo o caminho aqui percorrido tomaria outros rumos. Falar em classes sociais atualmente, bem como em movimento operário, significa uma aventura desgastante para qualquer aventureiro experiente. Certamente, a complexidade de uma conjuntura em que a especulação, o virtual e o abandono das ideologias parecem cercar a tudo e a todos tem de ser levada em conta – o que difere de uma postura de aceitação fatalista e desacreditada. Ainda hoje, todavia, a semente da desigualdade social, plantada através da história, rende seus frutos por intermédio da mesma árvore, embora o tempo tenha transformado suas características exteriores.

Os jornais populares da República Velha eram legítimos instrumentos de resistência orgânica dos trabalhadores brasileiros. A análise da publicação porto-alegrense *O Exemplo*, cujos exemplares datam entre 1908 e 1911, permite que a assertiva acima seja defendida com o rigor de um aventureiro inexperiente. Das folhas deste impresso, que não sustentava conexões diretas com entidades de classe, brotavam as reivindicações dos trabalhadores gaúchos, dos negros e oprimidos, seus anseios e prosperidades, suas mazelas e tristezas. Mais do que um simples aglomerado de papéis, é possível argumentar que o jornal *O Exemplo* representava um sonho diluído em necessidades instantâneas, um jornalismo de esperança, um sonho de justiça e oportunidade para todos os seres humanos.

Bibliografia

- CATTANI, Antonio David. *A Ação Coletiva dos Trabalhadores*. Porto Alegre: Palmarinca, 1991.
- FOOT, Francisco; LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982.
- GORENDER, Jacob. *A Burguesia Brasileira*. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- MORSE, Richard. *Formação Histórica de São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1970.
- PASTORISA, Jorge Luiz. *Comunicação e Militância: a imprensa operária no Rio Grande do Sul (1892-1923)*. Porto Alegre: PUCRS, 1990. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Guia para o estudo da imprensa periódica dos trabalhadores do Rio Grande do Sul (1874/1940)*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1989.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil (1894)*. São Paulo: Nacional, 1938.

STEIN, Stanley. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil – 1850/1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.